



Carteira de Projetos da Seção Judiciária do RS

<p>Projeto I Padronização e Melhoria dos Procedimentos das Varas Federais, Juizados e Turmas Recursais</p>	<p>Escopo: Implementação de método de gerenciamento de rotinas, com foco na melhoria do fluxo de trabalho nas unidades judiciárias e na aplicação de ações adequadas visando a contribuir para a razoável duração do processo.</p> <p>Benefícios: Modernização e uniformização do fluxo de trabalho nas unidades judiciárias. Organização e racionalização dos fluxos processuais. Aumento da celeridade processual. Execução segura dos procedimentos, em especial por parte dos servidores novos. Identificação e disseminação das melhores práticas. Padronização do uso dos recursos e sistemas pelos usuários externos.</p>
<p>Projeto II Mapeamento, Padronização e Automatização de Processos da Área Administrativa</p>	<p>Escopo: Estabelecimento, implantação e automatização de procedimentos-padrão que viabilizem maior agilidade e transparência nos trâmites do processo de Contratações, com relatórios gerenciais de dados estatísticos que permitam o acompanhamento da demanda e controle de prazos.</p> <p>Benefícios: Modernização e uniformização do fluxo de trabalho nas unidades administrativas. Organização e racionalização dos fluxos. Aumento da agilidade. Execução segura dos procedimentos. Identificação e disseminação das melhores práticas. Aumento da produtividade. Maior agilidade na execução orçamentária. Transparência administrativa.</p>
<p>Projeto III Gerenciamento Matricial de Despesas</p>	<p>Escopo: Implementação de metodologia de gerenciamento das despesas correntes, buscando aplicar os recursos de modo eficiente, garantindo a economicidade e a racionalização na aquisição de materiais, bens e serviços.</p> <p>Benefícios: Desenvolvimento de cultura de planejamento e controle de despesas. Implantação de sistemática de acompanhamento das despesas, utilizando indicadores de desempenho. Otimização das despesas correntes. Identificação e disseminação de melhores práticas.</p>
<p>Projeto IV Gestão Ambiental</p>	<p>Escopo: Realizar, incentivar e divulgar ações voltadas a educação ambiental e preservação do meio ambiente, que promovam a Justiça Federal como uma Instituição ambientalmente responsável.</p> <p>Benefícios: Redução do impacto ambiental por parte da Instituição. Visibilidade perante outros órgãos públicos. Reconhecimento pela sociedade.</p>

<p>Projeto V Melhoria da Comunicação Interna</p>	<p>Escopo: Desenvolver e implementar política de comunicação interna, alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, buscando estabelecer com magistrados e servidores um diálogo permanente e transparente.</p>
	<p>Benefícios: Alinhamento interno e coesão em torno dos valores e da missão da SJRS. Relacionamento de transparência com os magistrados e servidores. Maior comprometimento dos magistrados e servidores.</p>
<p>Projeto VI Gestão do Conhecimento</p>	<p>Escopo: Estruturar ações que busquem organizar, consolidar e viabilizar o compartilhamento de informações e conhecimentos estratégicos na SJRS, com implementação de sistema de reconhecimento.</p>
	<p>Benefícios: Disseminação do conhecimento. Maior eficiência e transparência. Integração entre as distintas áreas e com órgãos externos. Estímulo à colaboração. Incorporação de novos atores aos projetos de inovação institucional.</p>
<p>Projeto VII Alocação de Pessoal</p>	<p>Escopo: Elaboração de política de alocação de pessoal, contemplando a identificação do quantitativo de pessoas, competências e especialidades de cargos exigidas, de acordo com a especialidade das unidades judiciais e administrativas, a complexidade e o volume de trabalho.</p>
	<p>Benefícios: Aumento da eficiência. Otimização do quadro e da estrutura de pessoal. Valorização das pessoas.</p>
<p>Projeto VIII Ampliação do acesso à Justiça</p>	<p>Escopo: Gerenciamento da instalação de novas Varas e JEFA's e ampliação das Centrais de Atendimento ao Público, favorecendo o acesso a Justiça Federal e garantindo equidade e agilidade no atendimento à sociedade.</p>
	<p>Benefícios: Melhoria do atendimento prestado à sociedade. Ampliação do acesso aos serviços prestados pela Justiça Federal.</p>
<p>Projeto IX Integração com outros Órgãos</p>	<p>Escopo: Criação de ações estratégicas (convênios e integração de sistemas) para fortalecer a participação junto a outras entidades públicas e privadas.</p>
	<p>Benefícios: Melhoria do relacionamento da Justiça Federal com outros órgãos. Realização de ações com utilização de convênios. Captação de recursos disponíveis.</p>
<p>Projeto X Implementação do Plano Estratégico (Gerenciamento pelas Diretrizes)</p>	<p>Escopo: Implantação de um Sistema de Gestão Estratégica que consolide as iniciativas, priorize as demandas estratégicas e facilite a realização da Visão da Justiça Federal, alinhado ao Planejamento Estratégico do TRF4, CJF e CNJ.</p>
	<p>Benefícios: Objetivos e planos alinhados, claros e disseminados na instituição. Desenvolvimento dos projetos estratégicos, com acompanhamento sistemático.</p>

<p>Projeto XI Gestão Orçamentária</p>	<p>Escopo: Desenvolver sistemática de elaboração e acompanhamento da execução do orçamento operacional e estratégico, viabilizando a execução dos projetos estratégicos de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.</p>
	<p>Benefícios: Transparência à execução orçamentária e financeira. Melhoria da execução e controle orçamentário. Alinhamento do orçamento à estratégia.</p>
<p>Projeto XII - 1 Priorização de Demandas de TI</p>	<p>Escopo: Implementar ações que contribuam para o desenvolvimento de soluções na área de TI da 4ª Região.</p>
	<p>Benefícios: Sistemas informatizados adequados à execução das atividades relacionadas à visão da JFRS.</p>
<p>Projeto XII - 2 Padrões mínimos de TI</p>	<p>Escopo: Criação e implementação de política de alocação de recursos de tecnologia da informação ao público interno e externo necessários ao desempenho da missão institucional. (Projeto já atendido com relação ao levantamento e atendimento dos padrões - quantitativos e qualitativos; há um padrão mínimo para a SJRS definido pela área de TI em conjunto com a DF; não há formalização de política).</p>
	<p>Benefícios: Infraestrutura de TI adequada à execução das atividades relacionadas a visão da JFRS.</p>
<p>Projeto XII - 3 Disponibilidade de Serviços de TI</p>	<p>Escopo: Desenvolver mecanismos e procedimentos que mantenham a infraestrutura de TI disponível aos sistemas essenciais (o que não deve sair do ar) para o desempenho adequado das atividades administrativas e judiciárias.</p>
	<p>Benefícios: Acesso a justiça assegurado. Aumento do grau de disponibilidade dos serviços.</p>
<p>Projeto XIII Suporte à utilização do E-PROC v2 - CONCLUÍDO -</p>	<p>Escopo: Prover suporte continuado à implantação e à utilização do sistema E-PROC v2.</p>
	<p>Benefícios: Melhor utilização do sistema de forma a possibilitar maior agilidade no trâmite processual.</p>
<p>Projeto XIV Melhoria da Estrutura Física</p>	<p>Escopo: Melhoria da estrutura física das unidades (espaço físico, instalações e mobiliários).</p>
	<p>Benefícios: Acesso facilitado as dependências da Justiça Federal. Melhoria do Ambiente Organizacional. Otimização do uso do espaço físico.</p>

<p>Projeto XV Sistema de Conciliações</p>	<p>Escopo: Implantação de atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, estimulando a solução coletiva e autocompositiva das demandas de massa e gerenciando perante as instituições partes nos processos, para que se disponham à composição amigável.</p>
	<p>Benefícios: Maior efetividade da atuação jurisdicional. Diminuição do número de processos em tramitação. Agilização do andamento dos feitos. Maior satisfação das partes na solução acordada. Diminuição da distância entre a cidadania e o Judiciário. Reforço da cidadania com a participação ativa das partes na composição do conflito. Distanciamento do paradigma adversarial/heterocompositivo qualifica o alcance da finalidade do Judiciário (pacificação social). Prevenção de litígios.</p>
<p>Projeto XVI Implantação do SICOPREV - CONCLUÍDO -</p>	<p>Escopo: Implantação de Sistema de Perícias Médicas e de Conciliações Pré-processuais das matérias de competência das Varas/Juizados Previdenciários, definindo as rotinas da área para aplicação pelo CEJUSCON.</p>
	<p>Benefícios: Redução do tempo de tramitação dos processos, redução dos custos de perícias, melhor atendimento às partes pela centralização das rotinas no setor; diminuição do trabalho nas Varas.</p>
<p>Projeto XVII Saúde, Esporte e Integração</p>	<p>Escopo: Promover periodicamente eventos culturais e esportivos que busquem a integração e a confraternização de magistrados, servidores, estagiários e familiares.</p>
	<p>Benefícios: Integração entre magistrados, servidores, estagiários e familiares. Melhoria nas relações interpessoais e bem estar no ambiente de trabalho. Estímulo ao trabalho em equipe. Incentivo ao cuidado com a saúde. Melhoria do clima organizacional.</p>
<p>Projeto XVIII Comprometimento com a Estratégia</p>	<p>Escopo: Estimular a manutenção de um elevado nível de comprometimento e motivação, mobilizar o corpo institucional em direção à missão, visão e valores da instituição, e facilitar a execução de projetos e ações.</p>
	<p>Benefícios: Incremento da produtividade e do bem-estar do corpo institucional por meio de uma mudança de cultura organizacional focada em métodos de gerenciamento; maior divulgação da missão, visão e valores; fortalecimento do relacionamento organizacional.</p>

<p>Projeto XIX Gestão Documental</p>	<p>Escopo: Implantar processo de trabalho integrado na SJRS com a padronização das ações de gestão dos documentos institucionais - judiciais e administrativos - que se encontram em arquivo, visando à adoção das melhores práticas e à preservação e divulgação da memória.</p>
	<p>Benefícios: Unificação dos processos de trabalho de gestão documental. Otimização das rotinas de trabalho. Implementação da política de gestão documental nas Subseções em que não há comissão de avaliação. Agilidade na busca e acesso das informações arquivadas. Garantia na aplicação dos critérios e das normas técnicas. Redução dos custos com locação de espaço e com armazenamento do acervo. Salvaguarda da documentação de caráter permanente. Difusão da memória nacional, cultural e institucional através do acervo documental.</p>
<p>Projeto XX Responsabilidade Social</p>	<p>Escopo: Realizar, incentivar e divulgar ações voltadas à inserção social e ao exercício da cidadania, promovendo a Justiça Federal como uma Instituição socialmente responsável.</p>
	<p>Benefícios: Promoção da inserção/re-inserção de adolescentes e adultos em situação social vulnerável no mercado de trabalho; ampliação da divulgação da atuação da JFRS junto à sociedade; ampliação das iniciativas sociais.</p>
<p>Projeto XXI Audiências por Videoconferência</p>	<p>Escopo: Viabilizar tecnicamente a substituição das cartas precatórias inquiritórias por videoconferências. Propor regulamentação administrativa no âmbito da 4ª Região.</p>
	<p>Benefícios: Redução do tempo de tramitação das ações. Aumento da qualidade da decisão judicial mediante a imediação da produção da prova. Otimização do trabalho do juiz deprecado mediante a eliminação do trabalho na produção da prova para outro juízo. Enxugamento das pautas de audiência. Possibilidade de concentração da produção da prova. Redução de custos de correspondências.</p>
<p>Projeto XXII Saúde no Trabalho - Redes de Atuação</p>	<p>Escopo: Constituir rede para ampliar o alcance das ações preventivas para os problemas de saúde ocupacional da Organização em toda a Seção Judiciária, através da análise dos diferentes contextos de trabalho, considerando os níveis subjetivo (do servidor), coletivo (da equipe de trabalho), de gestão (atuação do gestor da unidade), institucional (suporte da instituição).</p>
<p>Benefícios: Desenvolvimento de ambientes de trabalho mais saudáveis, motivadores e produtivos. Criação de cultura institucional de promoção à saúde e de prevenção de riscos ergonômicos.</p>	

<p>Projeto XXIII Desenvolvimento de Pessoas - EAD</p>	<p>Escopo: Implantar modalidade de Educação à Distância a fim de ampliar o alcance da capacitação aos servidores da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.</p> <p>Benefícios: Organização de ferramentas virtuais que viabilizem o acesso ao conhecimento nas áreas administrativa e judiciária. Socialização do conhecimento construído dentro da instituição e também do adquirido nas atividades de estudo e aperfeiçoamento efetuadas fora da JFRS. Compartilhamento das melhores práticas adquiridas. Instrumentalização da matéria jurídica, unindo a teoria à prática Institucional. Alinhamento do treinamento na modalidade EAD com o Projeto de Educação Corporativa implantado pelo CJF, com normas orientadoras para todas as regiões do país. Utilização do EAD como instrumento de geração e multiplicação das bases institucionais de conhecimento/Multiplicação do conhecimento mais pessoas gerando e processando informações de forma colaborativa.</p>
<p>Projeto XXIV Gestão dos Cálculos Judiciais</p>	<p>Escopo: Implantar Central de Cálculos Judiciais para atuação integrada, gerenciamento e distribuição dos processos entre as unidades de cálculo da SJRS, promovendo alinhamento e especialização técnica do trabalho.</p> <p>Benefícios: Redução do tempo de permanência dos processos nas unidades de cálculo. Atuação coordenada das áreas de cálculo em toda a SJ. Otimização da força de trabalho.</p>
<p>Projeto XXV Digitalização dos Autos Físicos</p>	<p>Escopo: Programar implantação de sistemática de digitalização dos autos - processos judiciais e anexos - de toda a SJRS.</p> <p>Benefícios: Racionalização do trabalho. Unificação do meio de tratamento das demandas judiciais para processamento único no processo eletrônico V2. Redução de uso de papel e demais insumos (toner). Otimização do espaço nas Varas. Possibilidade de disponibilização do acervo para pesquisa futura.</p>